



SENADO FEDERAL

Consultoria Legislativa

Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)

Data da reunião: 31/05/2023
Presidente: Senador Davi Alcolumbre

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
1	PEC 137/2019 Ementa: Altera o art. 205 da Constituição Federal, para definir a educação como vetor do progresso do País. Autoria: Senador Confúcio Moura e outros [tramitação] Não Terminativo	Senadora Professora Dorinha Seabra	Favorável à Proposta.	A PEC insere a afirmação “a educação é vetor do progresso do País” no texto do art. 205 da Constituição Federal (CF), mantendo em inteiro teor o restante da redação do dispositivo em vigor.
2	PL 2105/2019 Ementa: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para determinar a perda, em favor da União, de imóvel utilizado como cativoiro no crime de sequestro e cárcere privado e no de extorsão mediante sequestro, quando o proprietário houver concorrido para o crime. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Favorável ao Projeto com duas Emendas que apresenta.	O projeto insere a alínea c no inciso II do art. 91 do Código Penal (CP) para estabelecer a perda em favor da União do imóvel utilizado como cativoiro nos crimes previstos nos arts. 148 (sequestro e cárcere privado) e 159 (extorsão mediante sequestro), quando o proprietário houver, de qualquer modo, concorrido para o crime; e insere o § 3º, prevendo que o perdimento não prevalece em relação ao bem de família. Altera a redação do parágrafo único do art. 93 do CP para dispor que a reabilitação poderá atingir os efeitos da condenação previstos no art. 92, exceto no que diz respeito aos seus incisos I, II e III. Acrescenta parágrafo único ao art. 125 do Código de Processo Penal (CPP) para admitir o sequestro do bem imóvel utilizado como cativoiro, nos termos da alínea c do inciso II do caput do art. 91, na forma do projeto. Por fim, insere o inciso III no art. 130 do CPP, para prever a possibilidade de o proprietário do imóvel utilizado como cativoiro embargar o sequestro desse bem, sob o fundamento de não ter concorrido para o crime. O relator propõe a aprovação com duas emendas. A primeira emenda busca sanar contradição entre a possibilidade de a reabilitação alcançar os efeitos da condenação previstos no art. 92, exceto os previstos nos incisos I a III, que, na verdade, contemplam todos os efeitos previstos no artigo. O relator considera não haver razão que justifique, uma vez concedida a reabilitação, impedir que o reabilitado possa conduzir veículo automotor, ainda que tenha praticado crime doloso ao volante. Além disso, como o perdimento do imóvel utilizado como cativoiro opera-se mediante inserção de alínea no inciso II do art. 92, considera

Data da reunião: 31/05/2023

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
				dispensável qualquer modificação no parágrafo único do art. 93 do CP para vedar, nesse caso, a reintegração do reabilitado à situação anterior. A segunda emenda promove modificação no art. 126 do CPP. Tendo em vista que, como regra, o sequestro recai sobre o patrimônio ilícito do agente, adquirido com os proventos da atividade criminosa, razão pela qual o art. 126 do CPP prescreve que "para a decretação do sequestro, bastará a existência de indícios veementes da proveniência ilícita dos bens". Ocorre que o imóvel utilizado como cativoiro pode ter origem lícita, daí a necessidade de, no art. 126, excepcionar o sequestro desse bem.
3	PL 1732/2021 Ementa: Institui o Dia Nacional de Luta dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Cultura; e dá outras providências. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Não Terminativo	Senador Paulo Paim	Favorável ao Projeto.	O projeto institui o dia 4 de maio como o Dia Nacional de Luta dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Cultura, a ser celebrado anualmente em homenagem aos artistas Aldir Blanc e Paulo Gustavo, falecidos em decorrência da covid-19. Estabelece competências para todos os entes federativos e demais instituições públicas, tais como: a) promover eventos, atos, divulgação de conteúdos e medidas educativas; b) publicizar dados estatísticos e informações; c) promover programas de apoio à formação técnico-profissional no setor cultural; d) promover ações que ampliem o acesso aos direitos culturais; e e) promover ações que ampliem as possibilidades do trabalho de profissionais de cultura. - A matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.
4	PEC 43/2022 Ementa: Acrescenta o art. 121 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar prazo de vigência adicional aos instrumentos de permissão lotérica. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Não Terminativo	Senador Ciro Nogueira	Favorável à Proposta.	A PEC acrescenta o art. 121 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar a prorrogação de prazo de vigência adicional aos contratos de permissão lotérica em vigor até a data de publicação da Emenda Constitucional que se pretende aprovar.

Data da reunião: 31/05/2023

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
5	PL 5884/2019 Ementa: Dispõe sobre as Instituições Comunitárias de Educação Básica. Autoria: Senadora Daniella Ribeiro [tramitação] Terminativo	Senador Plínio Valério	Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE, com uma emenda que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 2.	<p>A proposição trata das Instituições Comunitárias de Educação Básica, definidas como organizações da sociedade civil dotadas de características como: formação coletiva, de pessoas físicas ou de pessoa(s) jurídica(s), com representação da comunidade na entidade mantenedora; personalidade jurídica de direito privado; patrimônio pertencente a entidades da sociedade civil ou ao poder público; finalidade não lucrativa e aplicação de recursos nos próprios objetivos institucionais; transparência administrativa; e destinação de patrimônio em caso de extinção a instituição pública. Terão como finalidade oferecer serviços gratuitos à população, com financiamento público, bem como ações comunitárias para desenvolvimento dos alunos e da sociedade. Estabelece os requisitos para a qualificação de uma entidade como comunitária, os quais deverão ser explicitamente previstos em seus estatutos, assim como os documentos a serem apresentados pelos interessados ao órgão competente. Dispõe sobre o Termo de Parceria entre as instituições comunitárias e o poder público, definindo critérios a serem seguidos nos procedimentos de celebração e execução desse instrumento. Estabelece ainda que o Termo de Parceria não substitui as modalidades de ajuste, acordo e convênio previstos na legislação vigente. Por fim, veda às Instituições Comunitárias de Educação Básica o financiamento de campanhas políticas.</p> <p>A matéria recebeu parecer favorável da CE, com emenda para excluir a expressão “inclusive cooperativas educacionais, sem fins lucrativos” do inciso I, do art. 1º, pois verificou-se que as características das instituições comunitárias de educação básica são incompatíveis com o modelo societário cooperativo. Na CCJ, foi apresentada a Emenda 2-CCJ, para admitir a modalidade de educação básica domiciliar, na forma da regulamentação específica.</p> <p>O relator é favorável à emenda da CE e contrário à emenda apresentada na CCJ. Considera que o tema da educação domiciliar é matéria estranha ao conteúdo do PL, que trata estritamente das instituições comunitárias de educação básica. Por fim, apresenta emenda para alinhar a proposição às diretrizes do Novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), definidas no âmbito da Lei nº 14.113/2020.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Em 25/04/2023 foi recebida a Emenda nº 2, de autoria do Senador Flávio Bolsonaro; - A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte; - Em 02/05/2023 foi realizada Audiência Pública para instrução da matéria; - Na 13ª Reunião Extraordinária, realizada em 24/05/2023, foi lido o relatório e encerrada a discussão da matéria; - Votação nominal.
6	PL 1231/2019 Ementa: Estabelece medidas visando assegurar a acessibilidade de pessoa surda ou com deficiência auditiva a cargo ou emprego provido por concurso público, no âmbito da administração pública federal, em igualdade de condições com os demais candidatos. Autoria: Senadora Mara Gabrilli [tramitação] Terminativo	Senadora Professora Dorinha Seabra	Pela aprovação do Projeto.	<p>O projeto estabelece medidas visando assegurar a acessibilidade de pessoa com deficiência auditiva a cargo ou emprego provido por concurso público, no âmbito da administração pública federal, em igualdade de condições com os demais candidatos. Para tanto, assegura, entre outros, os seguintes direitos: a) acesso ao edital do certame e às provas em formato escrito ou em formato de vídeo, na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); b) solicitação do auxílio de intérprete em Libras, bem como de tempo adicional, durante a realização das provas; c) reconhecimento da singularidade da Libras e valorização do conteúdo em detrimento da forma da linguagem; d) avaliação da prova discursiva por professor de Língua Portuguesa com experiência no ensino de pessoas com deficiência auditiva ou, na ausência da experiência, também por intérprete de Libras; e e) exercício do cargo ou emprego pelo candidato com deficiência auditiva aprovado em concurso público.</p> <ul style="list-style-type: none"> - A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa; - Votação nominal.

Data da reunião: 31/05/2023

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
7	PL 1198/2019 Ementa: Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, para criar o crime de transporte irregular de crianças e adolescentes. Autoria: Senador Humberto Costa [tramitação] Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta.	<p>O projeto acrescenta o art. 311-A ao Código de Trânsito Brasileiro (CTB) para criar o crime de transporte irregular de crianças e adolescentes, correspondente à conduta de “realizar transporte de crianças e adolescentes, sem a devida autorização, gerando perigo de dano”, com pena de detenção, de seis meses a um ano, ou multa.</p> <p>O relator propõe a aprovação com emenda para tipificar criminalmente todo e qualquer transporte irregular de crianças e adolescentes, tendo em vista que a redação proposta no projeto não contempla a conduta de transporte irregular de crianças e adolescentes sem a observância das normas de segurança especiais estabelecidas no CTB ou pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).</p> <p>- Votação nominal.</p>
8	PL 1496/2021 Ementa: Altera o art. 9º-A da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal, para dispor sobre a identificação do perfil genético de condenados. Autoria: Senadora Leila Barros [tramitação] Terminativo	Senador Sergio Moro	Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 2-CSP (Substitutivo).	<p>O PL altera o art. 9º-A da Lei de Execução Penal (LEP) para ampliar o rol de crimes que sujeitam o condenado à identificação do perfil genético. Atualmente, a LEP dispõe que serão submetidos à identificação de perfil genético os condenados por crime doloso praticado com violência grave contra a pessoa, bem como por crime contra a vida, contra a liberdade sexual ou por crime sexual contra vulnerável. O rol passará a contemplar: a) crime doloso praticado com violência grave contra a pessoa; b) crime contra a vida; c) estupro; d) crime contra a liberdade sexual; e) crime sexual contra vulnerável; f) roubo com restrição de liberdade da vítima, com emprego de arma de fogo ou qualificado pelo resultado lesão corporal grave ou morte; g) extorsão qualificada pela restrição da liberdade da vítima, ocorrência de lesão corporal ou morte; h) extorsão mediante sequestro; i) furto qualificado pelo emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum; j) crime de genocídio; k) crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso proibido; l) crime de comércio ilegal de armas de fogo; m) crime de tráfico internacional de arma de fogo, acessório ou munição; n) crime de organização criminosa, quando direcionado à prática de crime hediondo ou equiparado. Além da extensão do rol, o PL passa a admitir a utilização do perfil genético para busca familiar. Em lugar do descarte imediato da amostra biológica, estabelece que essa amostra será preservada, mas exclusivamente para a realização de testes de confirmação. Por último, dispõe que a coleta da amostra será feita por servidor público devidamente capacitado.</p> <p>A matéria conta com parecer da CSP pela aprovação na forma de emenda substitutiva, com as seguintes alterações: a) estabelece a obrigatoriedade de extração do perfil genético de todos os que forem condenados por crime doloso, independentemente da sua natureza; b) obriga a identificação do perfil genético de investigado quando houver o indiciamento, a prisão em flagrante ou a prisão cautelar por: b.i) crime praticado com grave violência contra a pessoa; b.ii) crime contra a liberdade sexual ou por crime sexual contra vulnerável; b.iii) crimes contra criança ou adolescente previstos nos arts. 240, 241, 241-A, 241-B e 241-C do Estatuto da Criança e do Adolescente; c) obriga a identificação do perfil genético do investigado quando houver o indiciamento ou a prisão processual pelo crime de organização criminosa que disponha ou se utilize de armas de fogo.</p> <p>Na CCJ, o relator propõe a aprovação nos termos do substitutivo da CSP.</p> <p>- A matéria foi apreciada pela Comissão de Segurança Pública; - Votação nominal.</p>

Data da reunião: 31/05/2023

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
9	PL 5609/2019 Ementa: Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, para aperfeiçoar a proteção da mulher. Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho [tramitação] Terminativo	Senadora Tereza Cristina	Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1-CDH.	<p>O projeto altera o § 4º e inclui o § 5º no art. 22 da Lei Maria da Penha, para disciplinar a aplicação das medidas protetivas de urgência. Determina que o juiz concederá a tutela específica ou providências para o resultado prático equivalente, e que as medidas de natureza cível constituem título executivo, inclusive em relação ao pagamento de alimentos provisórios, sem a necessidade de propositura de ação principal. Trata-se de atualização normativa, pois a Lei Maria da Penha remete aos §§ 5º e 6º do art. 461 do antigo Código de Processo Civil, que foi sucedido pelo atual código, na forma da Lei 13.105/2015.</p> <p>A matéria recebeu parecer favorável da CDH, com emenda para adequar a redação da ementa. Na CCJ, a relatora propõe a aprovação com emenda que aprimora a redação da nova ementa proposta pela emenda da CDH, que, conseqüentemente, é rejeitada.</p> <p>- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa; - Votação nominal.</p>

Resumos elaborados pelo Núcleo de Acompanhamento Legislativo da Consultoria Legislativa do Senado Federal.

Para acesso ao texto integral dos pareceres, consultar a Pauta Cheia.

Para receber alertas de divulgação de Quadro-Síntese, escreva para conleg.apl@senado.leg.br.